

ASSEMBLEIA GERAL

25 de abril,

às 8h30

na portaria do INPE



Pauta:

- Campanha Salarial 2017
- Defesa da aposentadoria dos servidores públicos
- Deliberar sobre participação da categoria na Greve Geral contra a Reforma da Previdência

Campanha Salarial 2017

Fórum de C&T protocola ofício para governo

O Fórum de C&T protocolou o ofício de encaminhamento da Campanha Salarial 2017 no MCTIC e no Ministério do Planejamento.

O ofício apresenta a exposição de motivos que justifica a reivindicação da tabela salarial aprovada nas assembleias da categoria, além de citar os impactos negativos da proposta de Reforma da Previdência e a necessidade de revitalização das instituições, através da contratação de novos servidores.

A realização das diversificadas atividades no âmbito das Instituições de Pesquisa requer que as Carreiras de C&T sejam atrativas, com remuneração condizente com seu papel no desenvolvimento tecnológico pretendido pelo Estado Brasileiro.

Os salários atuais ainda suscitam grande concorrência às vagas dos parques concursos abertos para as carreiras, mas não conseguem reter os aprovados. É comum que servidores nomeados migrem para outras carreiras menos exigentes (em termos de formação acadêmica)

e com melhores remunerações.

A tabela salarial aprovada pelos servidores para a campanha 2017 prevê a equiparação salarial das carreiras de C&T com as carreiras

de atividades típicas de estado. Vale ressaltar que para o teto das carreiras de C&T é obrigatória a titulação de doutorado, o que não é exigido nas carreiras comparadas.

A tabela avança rumo ao cumprimento da Cláusula Terceira do Termo de Acordo 09/12, da campanha salarial de 2012, referente à incorporação total da Gratificação de Desempenho de Atividade em Ciência e Tecnologia – GDACT ao Vencimento Básico, eliminando assim a prática atual de dupla avaliação nas carreiras de C&T.



Exigência de escolaridade para pagamento de GQ e de diploma para RT

O Fórum de C&T abordou o Coordenador da CGNES/MP, José Borges, de quem cobrou posição do MP sobre a GQ e a RT. O Coordenador demonstrou pouco conhecimento sobre eventual trâmite do assunto.

O Fórum de C&T argumentou que o acórdão do TCU 11374/2016, causador da suspensão das RT, se refere aos artigos 17 e 18 da Lei 12.772/12, do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal. NÃO diz respeito às Carreiras de C&T.

José Borges argumentou que o Secretário da Secretaria de Gestão de Pessoal do MP passou por um convencimento de que deveria estender a orientação do acórdão a todas as carreiras que recebem RT e que seria necessário desconstruir este entendimento através de análises das

situações particulares. Não soube ou não quis informar mais nada e também não se comprometeu a criar o espaço dialogal para o Fórum de C&T.

O Fórum de C&T, então, encaminhou o assunto ao Sr. Diretor das Entidades Vinculadas do MCTIC, Tarcísio Bastos Cunha através de quem protocolizou carta ao Ministro Kassab, solicitando a intervenção do MCTIC neste assunto.

Também foi protocolizada carta ao Ministro do Planejamento no mesmo sentido.



Reunião com a Diretoria de Entidades Vinculadas do MCTIC



O Fórum de C&T reuniu-se com o Dr. Tarcísio Bastos Cunha, titular da Diretoria de Entidades Vinculadas do MCTIC, quando tratou de assuntos diversos. Também estavam presentes o Diretor de Gestão Institucional da CNEN, Cláudio Gimenes e a Sra. Cíntia, assessora parlamentar da mesma entidade.

Foi explanada a situação de desmonte das instituições, consequência do esvaziamento dos quadros de servidores das Carreiras de C&T.

O Fórum de C&T afirmou que a força de trabalho foi reduzida à metade desde os anos 90, situação que voltará a acontecer até 2020.

Foi destacada a consequência catastrófica do congelamento orçamentário imposto pela EC-95,

que as instituições não resistirão nem a cinco anos de congelamento, quanto mais a vinte.

As instituições públicas de pesquisa estão em sério risco de extinção se nada for feito para reavivá-las com aporte orçamentário e investimentos na recomposição de seus quadros.

O Fórum reclamou da forma como foi substituído o presidente da CNEN e citou as muitas iniciativas que tomou para tentar fazer incluir representação das instituições na composição dos Comitês de Busca. Esta representação poderia, por exemplo, ser pinçada do Comitê Técnico Científico da instituição. Foi lembrado que o Fórum de C&T já enviou ao MCTIC proposta, no formato legislativo, com justificativa, para implementação formal deste formato, sem que houvesse prosseguimento do assunto.

Também foram tratadas as questões da Gratificação por Trabalhos com Substâncias Radioativas e Raios-X e os ataques à GQ e RT.

Dr. Tarcísio se comprometeu a levar os assuntos ao Ministro Kassab e abrir a sua agenda para uma reunião com o Fórum de C&T. Também se comprometeu, no mesmo sentido, quanto ao Ministério do Planejamento.

Haverá futuro?

Ciência brasileira, últimos suspiros?

Há 30 anos, uma semente de soja plantada no solo do Mato Grosso, se germinasse, não floresceria.

Neste ano, o Estado produzirá 30 milhões de toneladas da oleaginosa. Na década de 1940, a produtividade média do plantio de soja no Brasil era de 700 kg por hectare; hoje, é de 3.000 kg/h, e há produtores que já conseguem extrair 8.000 kg/h.

Milagre? Não, ciência e tecnologia.

Pesquisadores da Embrapa e de nossas universidades conseguiram fazer a soja, originária de regiões de clima temperado, produzir em abundância em regiões de baixas latitudes e clima quente. O Brasil é vice-líder na produção, com 108 milhões de toneladas.

No mar, não foi diferente. A Petrobras ultrapassou a camada pré-sal e descobriu petróleo em profundidades jamais alcançadas.

Vidência? Não, ciência e tecnologia.

Cientistas e engenheiros do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes), somados a colegas de universidades brasileiras, são os primeiros artífices do sucesso da empresa em águas superprofundas e, portanto, protagonistas da autossuficiência brasileira no setor.

Na década de 1940, o então tenente-coronel Casimiro Montenegro Filho dava os primeiros passos para a construção da indústria aeronáutica no país. O Brasil nem sequer fabricava bicicletas, mas já começava a esboçar a Embraer, hoje terceira maior fabricante de aviões do planeta.

Premonição? Não, ciência e tecnologia.

As raízes da Embraer estão no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), duas instituições baseadas no conhecimento idealizadas por Montenegro há mais de 70 anos.

Histórias de sucesso como essas não se repetirão em nosso país: os recentes cortes no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações terão como consequência o desmonte dessas atividades no país.

O aperto do cinto orçamentário começou em 2014, aumentou em 2015 e se agravou em 2016. Em 2017, piorou ainda mais: nossa ciência será tratada a pão e água.

Os cortes anunciados pelo governo federal em 30 de março estabelecem o orçamento do ministério neste ano em R\$ 3,275 bilhões para

custeio e investimentos. Esse valor representa uma volta a 2005, quando o orçamento executado foi de R\$ 3,249 bilhões.

A diferença é que nesses 11 anos nosso sistema de ciência e tecnologia cresceu exponencialmente.

Em 2006 publicamos 33.498 artigos em periódicos científicos indexados; em 2015, foram 61.122, o que fez o Brasil subir duas posições no ranking mundial de produção científica, alcançando o 13º lugar.

Em 2006, nossos cursos de doutorado tinham 46.572 alunos e titularam 9.366 deles. Em 2015, foi o dobro: 102.365 e 18.625, respectivamente.

Os programas de pós-graduação passaram de 2.266 para 3.828.

Os grupos de pesquisa, em 2006, eram 21.024 e abrigavam 90.320 pessoas. Em 2016, passamos para 37.460 e 199.566, respectivamente.

Essa evolução foi sustentada por um orçamento crescente.

Em valores corrigidos pelo IPCA até 2016, o orçamento praticado no ano de 2005 foi de R\$ 6,467 bilhões. O orçamento atual do ministério, após os cortes, corresponde a cerca de 50% desse valor, com o agravante de que agora estão inclusas as despesas do extinto Ministério das Comunicações.

Como pesquisa e desenvolvimento não se fazem com milagres, clarividências ou premonições, mas sim com investimentos constantes, a ciência brasileira caminha para a ruína.

Teremos um país talvez com um ajuste fiscal perfeito, mas com um atraso econômico e social digno de uma república de bananas - exatamente o contrário dos países com economia moderna, baseada em ciência e tecnologia, como EUA, Alemanha, Reino Unido, Japão, Coreia do Sul e China.

HELENANADER, professora titular de biologia molecular da Unifesp, é presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

LUIZ DAVIDOVICH, professor titular do Instituto de Física da UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, é presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Folha de São Paulo, 12/04/2017



Reforma da Previdência

Após pressão popular, governo recua e se compromete a rever pontos da Reforma

Em contrapartida, servidor público será ainda mais prejudicado!

O jornal Folha de São Paulo publicou, nesta segunda-feira (17 de abril), a alteração no texto da Reforma da Previdência, que trará mais prejuízo ao servidor público federal. Confira o trecho da reportagem sobre as mudanças:

“Outra mudança prevista, segundo a Folha apurou, afeta os servidores públicos federais que ingressaram antes de 2003. Eles têm direito a paridade e integralidade -ou seja, se aposentam com um valor igual ao último salário e recebem o mesmo reajuste de quem está na ativa.

A ideia é incluir no relatório que quem quiser manter esse direito deverá cumprir a nova regra de aposentadoria e ir direto para a idade mínima de 65 anos, sem transição.

O texto do governo permitia a esses servidores a integralidade e a paridade.

A proposta inicial enviada pelo presidente Michel Temer previa transição, com pedágio de 50%, para homens a partir de 50 anos e mulheres a partir de 45. O modelo foi considerado duro pelos parlamentares e será alterado.

Já o tempo de contribuição para o benefício integral foi reduzido de 49 para 40 anos.

Para isso, porém, diminui-se o valor de partida: quem tiver 65 anos e 25 anos de contribuição terá direito a 70% da média salarial, e não 76%, como previa o texto original.

O percentual de 70% subirá 1,5 ponto percentual de 25 a 30 anos de contribuição; 2 pontos dos 30 aos 35 anos; e 2,5 pontos dos 35 aos 40.

Outra mudança que reduz o valor do benefício é que esse novo percentual deve incidir sobre a média de todas as contribuições do trabalhador, em vez de ser calculado em cima das 80% maiores contribuições, como é hoje.

As regras que serão previstas no relatório vão variar porque hoje há muitas situações distintas. Para policiais, por exemplo, que hoje não têm idade mínima, a ideia é chegar aos 60 anos em 2038. **Para categorias que hoje têm idade mínima, a idade subirá um ano a cada dois anos.”**



Folha de São Paulo, 17 de abril de 2017 / Laís Alegretti - colaboraram Daniel Carvalho e Gustavo Uribe

REUNIÃO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

12 de maio (sexta-feira),

às 14 horas,

na sede do SindCT



Compareça !!!

SindCT

Rapidinha é uma publicação do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial – fundado em 30/08/1989

Rua Santa Clara, 432, Vila Ady Anna, CEP 12.243-630, São José dos Campos - SP Tel/fax: (12) 3941-6655

Responsabilidade editorial: a diretoria Horário de atendimento na sede: 8h30 às 17h30

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Fernanda Soares Andrade MTB 29 972

TIRAGEM: 3.500 exemplares

3.200 assinantes eletrônicos